

# ESCRITA E PERSONA NOS *CADERNOS DE* *LANZAROTE*

## WRITING AND PERSONA IN THE *CADERNOS DE LANZAROTE*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v14i27p117-134>

Marcelo Brito da Silva <sup>I</sup>  
Vinícius Carvalho Pereira <sup>II</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda a construção textual de uma imagem de si nos diários de José Saramago, intitulados *Cadernos de Lanzarote*, destacando a frontalidade e o compromisso como traços proeminentes na escrita de si do autor. Toma como ponto de partida a discussão de Luiz Costa Lima, para quem a *persona* é apresentada como construção e não como essência, assumindo, por um lado, a identidade entre autor, narrador e personagem e, por outro, que qualquer relato pessoal se constrói num regime de defasagens e aproximações. Por meio da análise de algumas entradas nos diários, ressaltamos como Saramago se vale de discursos memorialísticos não apenas para narrar eventos de sua vida, senão também para expor seus pontos de vista sobre si mesmo, sobre o mundo que o cerca e sobre o projeto literário de que sua vida não se aparta.

### PALAVRAS-CHAVE

José Saramago; *Cadernos de Lanzarote*; Persona; Frontalidade; Compromisso.

### ABSTRACT

*This paper addresses the textual construction of José Saramago's self-image in his diaries, entitled Lanzarote Notebooks, focusing on the author's forthrightness and commitment as prominent features in his self-writing. Our starting point is Luiz Costa Lima's discussion of persona as a construction rather than an essence, assuming, on the one hand, an identity between author, narrator and character, and, on the other, that any personal report is made up of lags and approximations. Through the analysis of some of his diary entries, we highlight how Saramago uses memorial discourses not only to narrate events in his life, but also to expose his views on himself, on the world around him, and on his literary project, inseparable from life.*

### KEYWORDS

*José Saramago; Lanzarote Notebooks; Persona; Forthrightness; Commitment.*

<sup>I</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil.

<sup>II</sup> Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Brasil.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é abordar a construção textual de uma imagem de si elaborada por José Saramago nos *Cadernos de Lanzarote* (1997; 1999). Para começar, recorreremos ao pensamento de Luiz Costa Lima (1991) em “Persona e sujeito ficcional”. Nesse ensaio, o autor analisa o conceito de *persona*, afirmando que ela nada mais é que uma carapaça simbólica que o ser humano desenvolveu para sobreviver, visto que se trata de um animal biologicamente imaturo. A *persona* seria, portanto, uma compensação de sua imaturidade biológica, uma contrapartida psíquica de sobrevivência:

*A persona não nasce do útero senão da sociedade. Ao tornar-me persona, assumo a máscara que me protegerá de minha fragilidade biológica. Se nossa imaturidade biológica não nos entrega prontos para a vida da espécie, então a convivência social será direta e imediatamente marcada pela constituição variável da persona. Sem esta, aquela se torna impensável* (LIMA, 1991, p. 43).

O que nos interessa destacar do pensamento de Luiz Costa Lima é justamente esse conceito de *persona* como construção e não como essência. Porque, se por um lado defendemos a identidade entre nome, autor e personagem nos *Cadernos de Lanzarote*, doravante apenas *Cadernos*, baseando-nos numa leitura contratual na esteira do “pacto autobiográfico” de Lejeune (2008), por outro lado concordamos com Lima quando diz que tal identidade, como qualquer *persona*, é uma construção social, o que nos leva a reconhecer os diários de Saramago como mais um movimento nessa construção. Eles são o espelho sobre qual o escritor projeta a imagem de como se vê e de como gostaria de ser visto, sem que tal imagem remeta necessariamente a um ser essencial, puro, inato, que por acaso “revelou-se” na escrita.

Assim, entendemos a *persona* aqui como tensão entre o eu vivido e o eu narrado, em que a vida se ficcionaliza como texto mesmo quando este afirma uma verdade. É, afinal, essa, em última medida, uma questão que subjaz a todo escrito autoficcional, independente da orientação teórica que adotemos. Em posição diferente desta que aqui consideramos, Lejeune (2008, p. 104) sintetiza a tensão entre verdade e ficção na autobiografia: “não brinco de me inventar. Ao seguir as vias da narrativa, ao contrário, sou fiel à minha verdade”.

Sendo assim, os diários participam da construção da *persona*, uma espécie de versão linguística desse processo. De modo algum esse reconhecimento nos constrange ou desestimula, porque o que nos interessa nos *Cadernos* é a forma pela qual José Saramago apropria-se do gênero para construir uma imagem de si. Talvez por esse motivo, sem ilusões de essencialidade, ele tenha dito no prefácio que “ninguém escreve um diário para dizer quem é”. Conforme Luiz Costa Lima (1991), não existe uma “essência individual”, bem como é falsa a dicotomia entre aparência e essência. Mais uma vez destacando a importância da interação social, o autor explica a assunção da personalidade como uma construção:

Mas que essência tem o homem se não se faz homem senão pelo que não é natural, i.e., pela posse da linguagem? Ora, fazermo-nos homens pela linguagem significa fazer-se pelo outro, pela imagem que em nós se deposita a partir de sua palavra. É a palavra do outro [...] que modela nossa *persona*, a “fera” que nós inventamos (LIMA, 1991, p. 47).

Apenas através dos papéis a *persona* se concretiza. Tais papéis podem ser impostos ou adotados pelo indivíduo. Um exemplo disso pode ser verificado no luto que, como rito encenado, preludiu a inscrição do ficcional. Injunções sociais como a castidade e o ascetismo também podem ser listadas como exemplos de imposições de papéis que identificam a *persona*. Os papéis impostos caracterizam seu produtor, seja por um instante, seja tornando-se uma marca para a vida. Os papéis adotados, por sua vez, ocorrem em sociedades menos rígidas, nas quais o indivíduo não é previamente modelado por obrigações impostas. Mas por que razão assumimos papéis, mesmo quando não há uma pressão social sobre nós? Luiz Costa Lima responde recorrendo novamente à questão da imaturidade biológica e à conseqüente necessidade de reforços simbólicos de sobrevivência:

a imaturidade biológica humana independe da sociedade em que lhe foi dado nascer. Isso lhe impõe o estabelecimento, durante seu processo de socialização, de uma armadura que suplete sua fragilidade física. Essa armadura, necessariamente simbólica, não é por certo menos constituída por ingredientes socialmente oferecidos (LIMA, 1991, p. 46).

Muito interessante é a observação de Luiz Costa Lima (1991, p. 46) de que há uma interação mais ativa do indivíduo quando se trata de papéis

adotados, pois através deles a *persona* atualiza-se constantemente. A *persona* revela-se, desse modo, uma armadura plástica, passível de assumir diversos desenhos. Isso implica também a instabilidade da *persona*, e, pensando assim, cremos que o diário talvez seja o espaço privilegiado para o registro das oscilações pessoais, visto que acompanha as impressões do autor cotidianamente por um considerável lapso temporal.

Considerando a liberdade de escolha, no caso dos papéis individualmente modelados, é preciso reconhecer que a recusa absoluta de desempenhar papéis não implica atingir uma pretensa autenticidade. Em outras palavras, não há como escapar dos papéis sociais. Por isso, devemos desconfiar dos sujeitos que se dizem guiados por um suposto cerne individual incondicionado, isento de compromissos ou injunções.

Se por um lado é necessário reconhecer que não há como fugir dos papéis, por outro lado eles nos protegem contra a desordem, oferecendo-nos um direcionamento interno e externo. Dessa forma, o papel é um recurso de defesa contra o caos, que atua em seletividade, desprezando alguns eventos e dando um colorido especial a outros. Para Costa Lima (1991), o papel é uma janela confortável, pela qual nos habituamos a interpretar o mundo. Só seria possível escapar dos papéis se a verdade fosse algo dizível, independente do seu nomeador. Seria a única maneira possível de o homem se despir de sua *persona*. Mas não há o que estranhar, pois a *persona* “é fundida na linguagem” (LIMA, 1991, p. 50).

Assim, considerando o papel social como uma realidade incontornável, o autor chega a uma conclusão que muito nos interessa: o discurso próprio desse par *persona/papel* é o discurso memorialista. Por ele, cada um de nós cria uma janela pela qual entra em contato com o mundo e se deixa encontrar. Por isso, Lima chama o memorialismo de ficção naturalizada, uma ficção sobre a própria vida que se entende como verdade e que prepara o retrato do autor para adoção pública. Por isso, também os estudos do memorialismo ganham muito mais ao focalizar os aspectos formais do texto, a maneira como o autor prepara sua recepção, do que ao insistir em mapeamentos biográficos ou documentais.

Talvez seja conveniente compartilhar algumas ideias que nortearam os estudos sobre os *Cadernos* cujos resultados incluem, entre outros, as reflexões apresentadas neste artigo. Na pesquisa em questão, assumimos, com base nos teóricos que seguem, que a imagem de si no diário é uma construção linguística que remete a uma pessoa real fora do

texto (LEJEUNE, 2008), acreditando na reconciliação entre realidade e linguagem (COMPAGNON, 2001), embora sem ilusões de autenticidade, consciente de que toda palavra é apoucamento (MATHIAS, 1997).

O diário é, pois, espaço por excelência desse intercâmbio entre um eu extratextual e um eu “de papel”. Como epítome da escrita de si, trata-se de “mais do que um porto de abrigo, a afirmação duma singularidade que não quer morrer e, como tal, se assume e proclama” (MATHIAS, 1997, p. 59). Nele, o gesto autobiográfico não é uma ocupação desinteressada, mas uma obra de justificação pessoal e atende a um anseio de balanço da vida, pelo qual a pessoa se pergunta se viver valeu a pena.

Nesse sentido, a escrita autobiográfica é a última chance de recuperar o que foi perdido, uma tarefa de salvação pessoal. Mas, nessa tarefa, o escritor irá se deparar com a fragilidade da memória e a questão moral da imparcialidade em relação a si mesmo. A revolução nos métodos históricos mostrou que o passado não pode ser recuperado “em si”, sem nós, e que sua evocação envolve uma relação complexa entre passado e presente. O autor diarístico, enquanto historiador de si mesmo, também enfrenta essa tensão, como escreve Gusdorf:

Está claro que a narração de uma vida não pode ser simplesmente a imagem dupla dessa vida. A existência vivida se desenvolve dia a dia no presente, seguindo as exigências do momento, com as quais a pessoa se defronta da melhor maneira possível com todos os recursos à sua disposição. Combate duvidoso, em que as intenções conscientes, as iniciativas, se mesclam confusamente com os impulsos inconscientes, as renúncias e a passividade. Cada destino se forja na incerteza dos homens, das circunstâncias e de si mesmo (GUSDORF, 1991, p. 14).<sup>1</sup>

No trabalho de contar a própria história, o sujeito procura dar sentido aos eventos de sua vida, mas esse procedimento é muitas vezes uma ilusão construída *a posteriori*, que determina quais fatos serão privilegiados e quais detalhes serão descartados em face de determinado desfecho pretendido. Nesse processo, lacunas e deformações da memória

---

<sup>1</sup> Tradução nossa. No original, em espanhol: “Está claro que la narración de una vida no puede ser simplemente la imagen doble de esa vida. La existencia vivida se desarrolla día a día en el presente, siguiendo las exigencias del momento, a las cuales la persona se enfrenta de la mejor manera que puede con todos los recursos a su disposición. Combate dudoso, en el que las intenciones conscientes, las iniciativas, se mezclan confusamente con los impulsos inconscientes, las resignaciones y la pasividad. Cada destino se forja en la incertidumbre de los hombres, de las circunstancias y de sí mismo”.

não são necessariamente fruto do esquecimento, mas refletem a opção do escritor por determinada versão da história, avançando sempre num regime de defasagens e aproximações (GUSDORF, 1991).

Não obstante, tal relato não é arbitrário, e por isso não deve ser descartado, especialmente num mundo em que a verdade do sujeito é aquela que mais importa. Sobre a matéria, Calligaris (1998) é categórico ao dizer que, em nosso tempo, os escritos autobiográficos ganharam uma autoridade especial, porquanto se baseiam numa verdade superior à banalidade dos fatos:

Vivemos em uma cultura onde a marca da subjetividade de quem fala ou escreve constitui um argumento e uma autoridade tão fortes quanto, senão mais fortes que, o apelo à tradição, ou a prova dos “fatos” (CALLIGARIS, 1998, p. 44).

Sob tal perspectiva, na modernidade, a verdade que mais importa é a que está no sujeito. Por isso, o texto autobiográfico tornou-se documento privilegiado em nossa cultura. Assim, Calligaris (1998) avalia a celeuma entre aqueles que entendem a autobiografia como representação e os teóricos que defendem o sujeito como efeito do seu próprio texto. Trata-se, no entanto, de uma oposição artificiosa, pois o sujeito está convencido de ser, no mínimo, o autor do seu texto, assim como de sua vida.

A solução para o debate está em perceber que o sujeito nem é o objeto representado no discurso, nem seu efeito, porque ele se produz literalmente no momento que escreve. O ensaísta explica: “Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade. O ato autobiográfico é constitutivo do sujeito e de seu conteúdo” (CALLIGARIS, 1998, p. 49).

Pensando à luz dessas proposições teóricas sobre as relações entre sujeito escritor e autoficção, lançamo-nos à seleção de notas, comentários e indagações com as quais tentamos conversar com o José dos *Cadernos* no que tange à sua escrita de si. Nesse processo, analisamos como Saramago se vale de discursos memorialísticos não apenas para narrar eventos de sua vida, senão também para construir uma *persona* esteada em seus pontos de vista sobre si mesmo, sobre o mundo que o cerca e sobre o projeto literário de que sua vida não se aparta.

## 1 “DURO COMO UMA PEDRA”

Verificamos nos *Cadernos de Lanzarote* que há diversas entradas que acusam a *frontalidade* como traço proeminente da personalidade de José Saramago. O termo pode ser entendido como a característica de uma pessoa que é frontal, no sentido de “fazer frente” sem concessões, sem negociar ideias tidas como certas. Ter frontalidade é sinônimo de ter integridade, não “virar a folha” ou mudar de posição por conveniência. Esta é uma marca saliente da *persona* construída nos *Cadernos*, que pode ser demonstrada em diversas passagens, como tentaremos fazer nas linhas que seguem.

José Saramago defende que a frontalidade é um traço de que se orgulha em seu caráter. Na entrada de 20 de agosto de 1996, o diarista comenta sua atuação como cronista no *Diário de Lisboa* e no *Diário de Notícias*, no início dos anos 70. Essa lembrança é motivada pelo trabalho enviado pela estudante brasileira Susana Regina Vaz, que trazia a equivocada observação, segundo o diarista, de que ele não exprimira em tais textos suas opiniões pessoais, e sim o posicionamento oficial do jornal. Equivocada porque, como ele afirma, “a realidade foi bem diferente” (SARAMAGO, 1999, p. 204), e passa a defender a sinceridade de suas posições, pois obedeciam exclusivamente aos ditames de sua consciência, sem titubear diante das consequências potencialmente desvantajosas, considerando-se, sobretudo, o momento político de ditadura que Portugal vivia naqueles anos:

Sem nenhuma pretensão de protagonismo, sem qualquer espécie de vanglória, e assumindo, evidentemente, todos os erros de apreciação que possa ter cometido, declaro que a orientação política dos dois jornais, a que se expressou nos respectivos editoriais, foi aquela que a minha consciência cívica e as minhas convicções ideológicas determinaram, sem sujeição a ordens, viessem elas donde viessem, tanto de dentro como de fora. Nada mais e nada menos. Com todas as consequências imagináveis, e alguma inimaginável, como foi não ter encontrado, a seguir ao 25 de Novembro, uma única pessoa disposta a oferecer-me um trabalho regular. Mesmo aqueles que mais obrigação teriam... (SARAMAGO, 1999, p. 204-205).

Há ainda que se considerar, acerca do exemplo acima, dois pontos interessantes: o primeiro fala do discurso de modéstia que o diarista assumiu desde as primeiras páginas dos *Cadernos* e que se evidencia no início da réplica à estudante brasileira, em que Saramago rechaça qualquer

presunção e admite possíveis faltas na abordagem dos assuntos como cronista. E, para além dessa retórica, vemos o escritor tentando guiar a interpretação correta a ser feita de seus escritos, procedimento similar àquele a que recorreu quando tratou de outros livros no diário, como *A Jangada de Pedra* (SARAMAGO, 2006) e *O evangelho segundo Jesus Cristo* (SARAMAGO, 1991). Em vista disso, não é exagero dizer que Saramago não apenas comenta sua obra nos *Cadernos*, mas também cede ao impulso de guiar o leitor a uma abordagem adequada de seus livros, condizente com sua *intenção autoral*. No caso em apreço, o diarista afirmava que suas crônicas deveriam ser apreciadas como textos construídos sob a mais absoluta isenção, como expressões de uma consciência jornalística sem amarras.

Cientes da polêmica teórico-metodológica em torno da ideia de intenção autoral, cumpre-nos aqui ressaltar que aqueles que se colocam contra a presunção de intencionalidade costumam dizer que o autor não pode ter pensado em todas as impressões e sensações que são veiculados no texto. No entanto, esse argumento é refutado por Compagnon (2001), que, na esteira de muitos filósofos da linguagem, liga *intenção do autor* e *sentido das palavras*, do mesmo modo que ora interpretamos os *Cadernos*.

Para sustentar seu posicionamento sobre a matéria, Compagnon convoca a teoria de Austin, o pensador dos atos de fala, segundo o qual toda enunciação carrega um ato ilocutório, ou seja, que transforma as relações entre os interlocutores. Mas é preciso distinguir o ato ilocutório principal realizado por uma enunciação e a significação complexa do enunciado. Identificar o ato ilocutório principal (que é por natureza geral: uma súplica, um elogio etc.) é o início da interpretação, que pode continuar quando o leitor verifica numerosas implicações e associações mais particulares que não contradizem a intenção principal. Esses detalhes não são intencionais no sentido de premeditados, mas

não é porque o autor não pensou nisso que isso não seja o que ele queria dizer (o que ele tinha, longinquamente, em pensamento). A significação realizada é, apesar disso, intencional em sua inteireza, uma vez que ela acompanha um ato ilocutório que é intencional (COMPAGNON, 2001, p. 91).

Compagnon utiliza também a analogia do jogador de tênis para explicar que a intenção não se reduz à premeditação “integralmente consciente”:

Escrever, se se permite a comparação, não é como jogar xadrez, atividade em que todos os movimentos são calculados; é mais como jogar tênis, um esporte no qual o detalhe dos movimentos é imprevisível, mas no qual a intenção principal não é menos firme: remeter a bola para o outro lado da rede (COMPAGNON, 2001, p. 91).

Tal perspectiva ajuda-nos a pensar outras entradas nos *Cadernos* em que a tenacidade da *persona* saramaguiana se acirra, como a de “12 de Março de 1994”, em que o diarista se compara a uma pedra, substância de que seria feito o seu caráter, pois é assim que se coloca diante de imposições que possam solapar sua liberdade. A entrada, com clara intencionalidade quanto ao que Saramago quer dizer sobre si, faz referência à participação do escritor em um evento em Madrid, onde a assistência lhe cobrara uma inadiável tomada de posição:

As águas mornas acabaram por ferver. A culpa foi minha, ao anunciar que, não tendo, sobre a situação da ex-Jugoslávia, informações suficientes para poder falar dela com conhecimento de causa, leria algumas páginas de reflexão sobre o problema do racismo e as obrigações morais e cívicas dos escritores (era de escritores o encontro) neste momento da Europa e do mundo. Caíram-me todos em cima como matilha, que não senhor, que eu tinha era de optar, dizer ali, e já, se estava pelos sérvios ou pelos bósnios. Está claro que estes abencerragens de um esquerdismo irresponsável me conheciam mal: *fazerem-me uma exigência nestes termos, esta ou outra qualquer, equivalia a encontrarem-me como me encontraram: duro como uma pedra*. Trocámos palavras azedas e quando o colóquio terminou não me eximi a dizer-lhes o que pensava de semelhantes métodos. Desculpam-se com grandes manifestações de respeito e admiração, mas o mal estava feito. Os processos de intenção continuam, qualquer pretexto serve (SARAMAGO, 1997, p. 247-248, grifo nosso).

Se na réplica sobre sua atuação como cronista Saramago destacou a isenção e a modéstia, aqui vemos que o hábil emprego da metáfora domina a cena discursiva, aproximando-a da linguagem presente nos romances. São nada menos que quatro metáforas: a discussão em si, desenvolvida no evento, é comparada à água morna e, a conseqüente animosidade, em fervura; em seguida, os ouvintes do escritor são retratados como matilha e como abencerragens<sup>2</sup>, figuras que ressaltam a hostilidade das interpelações. Por último, a metáfora da pedra dá números

---

<sup>2</sup> Referência aos povos árabes que dominaram Granada antes do triunfo dos reis católicos.

finais à representação da frontalidade em discussão, de modo tão eficaz que dispensa comentários.

Corroborando esse traço da personalidade de José Saramago sua resposta ao artigo de Torcato Sepúlveda, que o havia acusado de usar dois pesos e duas medidas na avaliação das ditaduras de direita e de esquerda, com claro favor a estas últimas. Mais uma vez, o escritor invoca nos *Cadernos* a frontalidade que sempre balizou suas manifestações políticas:

Ora bem, a Torcato Sepúlveda tenho de informar que, escrevendo ou de viva voz, disse sempre o que pensava dos atropelos, erros e crimes das ditaduras (castanhas, verdes ou vermelhas) e das democracias (brancas, pardas ou azuis) deste mundo. Se ele não deu por isso, azar meu. Mas, uma vez que vem agora falar-me de Cuba (outras vezes foi a União Soviética, outras vezes foi o Diário de Notícias...), dir-lhe-ei que, apesar dos crimes, dos erros e dos atropelos do que chamam «castrismo», continuarei a defender Fidel Castro contra Clinton, por muito «democrata» que pareça um e muito «tirano» que outro pareça. «Por causa da moral», precisamente, como me exige o mesmo Torquato Sepúlveda no princípio e no fim do seu artigo (SARAMAGO, 1997, p. 368-369).

Esse aspecto da imagem pessoal delinea-se também através de afirmações categóricas, como a inscrita nos diários em “13 de Dezembro de 1994”: “há um momento em que compreendemos que todo o fingimento é infame” (SARAMAGO, 1997, p. 425). Tal declaração veio em resposta ao elogio de Maria Lúcia Verdi: “Que bom deve ser dizer exactamente o que pensa, sem outro cuidado que o respeito devido a quem ouve, mas sem que esse cuidado o faça calar” (VERDI *apud* SARAMAGO, 1997, p. 425). Não é a primeira vez que o diarista recolhe apreciação dessa natureza, que demonstra como ele julga importante ressaltar a frontalidade na construção de sua imagem pessoal. Conforme afirma Sheila Dias Maciel, quem pesquisa um diário deve abandonar preocupações sobre falso e verdadeiro e ficar atento a revelações que particularizam o autor pelas escolhas que fez no uso da linguagem (MACIEL, 2002).

Dizer a (sua) verdade é, para o diarista, compromisso inviolável, ainda que desagrade pessoas, grupos ou instituições. No registro de “26 de Fevereiro de 1994”, José Saramago comenta o embate com Autran Dourado acerca do Novo Acordo Ortográfico, dizendo que não tem paciência para “discussões de burros” (SARAMAGO, 1997, p. 233); em “7 de Abril de 1994”, o diarista chama Fernando Vizcaino-Casas de “imbecil que escreve

livros” (SARAMAGO, 1997, p. 261); em “5 de Setembro de 1997”, a contemplada é nada menos que Madre Teresa de Calcutá, chamada de “uma das mais orgulhosas criaturas que o Deus dos católicos alguma vez pôs no planeta” (SARAMAGO, 1999, p. 420). Vale acrescentar que tal comentário foi anotado no diário na data da morte da religiosa.

Se partirmos para grupos e instituições, encontraremos anotações de Saramago sobre os alemães que habitam Lanzarote, nas quais estes figuram como aproveitadores que compraram, “pelo preço da uva mijona” (SARAMAGO, 1997, p. 67), verdadeiros latifúndios e que, desde a Segunda Guerra Mundial, se comportam como donos da ilha. No tocante a instituições, um dos alvos de duras declarações é a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que para ele não passa de uma irmandade postiça.

Em muitas passagens em que se verifica a frontalidade do escritor, hipótese de leitura que norteia nossa discussão sobre a *persona* que Saramago constrói em seu diário, nota-se também certa impaciência e indignação traduzida numa linguagem disfêmica, a qual pode chegar ao apimentado do baixo calão, como se lê na sentença que encerra o apontamento de “1º de Setembro de 1995”, sobre a notícia da privatização de zonas turísticas importantes do Peru:

A mim parece-me bem. Privatize-se Machu Picchu, privatize-se Chan Chan, privatize-se a Capela Sixtina, privatize-se o Pártenon, privatize-se o Nuno Gonçalves, privatize-se a Catedral de Chartres, privatize-se o Descimento da Cruz de Antonio da Crestalcore, privatize-se o Pórtico da Glória de Santiago de Compostela, privatize-se a cordilheira dos Andes, privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for o diurno e de olhos abertos. E finalmente, para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez a exploração deles a empresas privadas, mediante concurso internacional. Aí se encontra a salvação do mundo... E, já agora, *privatize-se também a puta que os pariu a todos* (SARAMAGO, 1997, p. 586, grifo nosso).

Ao lado de tal disfemismo, a imagem de si construída por trechos como esse se dá pela afirmação de um ponto de vista político-econômico marcado pela ironia, que pode ser apontada como figura onipresente nos *Cadernos*. Onipresente e, arriscamo-nos a dizer, figura retórica preferida pelo autor, ao menos no âmbito dos diários, pois é por esse caminho

indireto, no qual enunciado e enunciação não coincidem, que José Saramago vai pontuando suas opiniões. No caso, a ironia está justamente na afirmação que diz o contrário do que o escritor preconiza como um homem de esquerda, uma privatização universal que lhe “parece bem”.

As declarações presentes nos *Cadernos* que alvejam Portugal também indicam a frontalidade de Saramago, como esta de “18 de Janeiro de 1994”, data em que o diarista acusa a pobreza e dependência cultural do seu país, contrariando os jornalistas que queriam que o escritor defendesse as casas de cultura. Sobre essas, escreve que são um brilho falso, “uma delgada capa de pintura que não tardará a estalar para pôr à vista a cinzenta realidade cotidiana” (SARAMAGO, 1997, p. 194) e, sobre Portugal, afirma com todas as letras que se trata de um país morto. É claro que declarações como essas, que não poupam a terra *mater*, compõem a representação de uma imagem de si como português numa negociação tensa da identidade nacional. Porque se, por um lado, Saramago se afirma “escritor português”, que ama e defende sua literatura e sua pátria, por outro lado não fecha os olhos para suas mazelas e dedica muitas páginas diarísticas para comentá-las sem meias palavras.

Como acontece com Portugal, a Europa também é objeto de ácidas declarações de Saramago, como o demonstra a entrada de “7 de Outubro de 1996”, na qual o autor afirma que a construção de uma Europa unida não passa de uma falácia que se alimenta da dissimulação, pois ela continua a ser o que sempre foi: a reunião de países que mandam e países que obedecem (SARAMAGO, 1999, p. 234).

Para encerrar a discussão sobre a frontalidade que Saramago atribui a sua *persona* autoral diarística, recorreremos à entrada de “18 de Janeiro de 1995”, em que o autor explica a tenacidade de suas opiniões com uma comparação que deixa claro que sua bússola como pensador sempre foi o respeito à própria consciência:

Sou, simplesmente, uma pessoa com algumas ideias que lhe têm servido de razoável governo em todas as circunstâncias, boas ou más, da vida. Costuma-se dizer que o melhor partido para um crente é comportar-se como se Deus estivesse sempre a olhar para ele, situação, imagino eu, que nenhum ser humano terá estofo para aguentar, ou então é porque já estará muito perto de tornar-se, ele próprio, Deus. De todo o modo, e aproveitando o símile, o que eu tenho feito é imaginar que essas tais ideias minhas, estando dentro de mim como devem, também estão fora — e me observam. E realmente não sei o que será mais duro: se prestar

contas a Deus, por intermédio dos seus representantes, ou às ideias, que os não têm. Segundo consta, Deus perdoa tudo — o que é uma excelente perspectiva para os que nele acreditem. As ideias, essas, não perdoam. Ou vivemos nós com elas, ou elas viverão contra nós — se não as respeitámos (SARAMAGO, 1997, p. 460-461).

## 2 ESCRITOR E CIDADÃO: INDISSOCIÁVEIS

Passemos agora ao segundo traço da imagem pessoal que se destaca nos *Cadernos: o compromisso*, manifesto em passagens que evidenciam a preocupação de Saramago em apresentar-se como um homem engajado nas questões de seu tempo. Teresa Cerdeira (2011, p. 1) comenta esse aspecto da personalidade do escritor com estas palavras:

Cidadão em cuja voz ressoaram reflexões importantes sobre o seu tempo, sobre a história presente, em nome dos homens, dos cidadãos comuns, a quem ele recordava a necessidade de reivindicar seus direitos e a quem cobrava também o dever de cumprir seus deveres, com todas as incongruências e possíveis paradoxos, ou até mesmo excessos que só podem acometer alguém que não se fechou em torres de marfim – metáfora certamente em desuso, que só o romantismo teria entendido propícia ao mito –, mas que se ofereceu, como voz atenta, questionadora, insatisfeita, aos violentos impasses da história.

O que Cerdeira afirma aplica-se adequadamente aos *Cadernos*, pois Saramago utiliza--se das páginas do seu diário para deixar registrada uma voz atenta e questionadora, fazendo do engajamento um tema recorrente e, portanto, componente fundamental da autoimagem que é linguisticamente construída.

Uma das remissões ao tema encontra-se na entrada de “27 de Maio de 1994” dos *Cadernos*. Nessa data, José Saramago transcreve o artigo que fez sobre Juan Goytisolo, no qual confessa haver entre ele e o escritor espanhol uma comunhão de sentimentos, designada como “uma consciência muito clara, e não raro dolorosa, da responsabilidade de cada ser humano perante si próprio e perante a sociedade” (SARAMAGO, 1997, p. 303). Os *Cadernos* sinalizam que tal responsabilidade está enraizada na consciência do diarista, determinando sua atuação como cidadão e escritor, que, como afirma Cerdeira (2011), são instâncias indissociáveis. Saramago corrobora essa ideia em algumas passagens, como em 7 de Outubro de

1996, quando preconiza o imbricamento entre sua vida e sua obra, ambas equiparadas no conteúdo político-ideológico que comunicam:

No meu ofício de escritor, penso não me ter afastado nunca da minha consciência de cidadão. Defendo que aonde vai um, deve ir o outro. Não recordo ter escrito uma só palavra que estivesse em contradição com as minhas convicções políticas, mas isso não significa que alguma vez tenha posto a literatura ao serviço da minha ideologia. O que significa, isso sim, é que no momento em que escrevo estou expressando a totalidade da pessoa que sou (SARAMAGO, 1999, p. 233).

Na entrada de “23 de Março de 1995”, Saramago é ainda mais categórico ao defender que o compromisso, na verdade, não é do escritor, mas do cidadão, argumento que, segundo ele, não pode ser rechaçado:

O que costumamos chamar «compromisso do escritor» não deveria ser determinado simplesmente pelo carácter mais ou menos «social» ou «socializante» da tendência, do grupo ou da escola literária em que se inscreveu ou em que o meteram. O compromisso não é do escritor como tal, mas do cidadão. Se o cidadão é escritor, acrescentar-se-á à sua cidadania pessoal uma responsabilidade pública. Não vejo aonde poderão ir buscar-se argumentos para eludir essa responsabilidade (SARAMAGO, 1999, p. 513).

Como vimos, Saramago entende que a missão do cidadão e a missão do escritor estão atreladas e que devem ser marcadas pela responsabilidade social. Em “18 de Novembro de 1994”, ele comenta: “O mundo ainda vai pedindo livros aos escritores, mas também espera que eles não se esqueçam de ser cidadãos de vez em quando” (SARAMAGO, 1997, p. 409). Para o diarista, somos o passado que temos, quer dizer, somos uma memória, mas também somos a responsabilidade que assumimos. Memória e responsabilidade caracterizam o que cada pessoa é, porque “sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir” (SARAMAGO, 1997, p. 237).

De fato, verificamos nos *Cadernos* um diarista que reivindica para si essa característica, que assinala o compromisso social como traço definidor de sua atuação como cidadão e como escritor. Curiosamente, em uma crônica transcrita em “26 de Dezembro de 1997”, ele afirma que cada vez menos lhe apetece falar de literatura. A razão é que, primeiro, os livros que escreveu cumprem esse papel e, segundo, porque os discursos de

literatura lhe soam cada vez mais como um alienado coro de anjos, desconectado da vida cá embaixo, onde ela permanece perplexa e angustiada. Desse modo, confessa: “sinto que é meu dever de cidadão do mundo (assumo a retórica) escutar os gritos de dor que lá soam. E também aqueles protestos e aquelas cóleras” (SARAMAGO, 1999, p. 493). Para Ana Paula Arnaut (2008), a obra de José Saramago não só escuta tais gritos como dá voz a preocupações humanitárias universais e constitui um manifesto contra todas as formas de violência e opressão.

Com efeito, José Saramago apresenta-se nos *Cadernos* como um escritor comprometido com seu tempo. Assim, ele empresta as páginas do seu diário a todo tipo de denúncia e reivindicação, consciente da sua influência como cidadão do mundo. Suas contribuições vão da política à educação, da cultura à ecologia, sobre as quais não se esquivava de opinar, motivado pelos acontecimentos da data, como lemos na entrada de “12 de Abril de 1996”, na qual registra sua indignação com a degradação ecológica da cratera de El Cuervo, em Lanzarote, capitaneada pela presença criminosa de alguns turistas:

Como se há-de fazer entender aos responsáveis de todos os meios ambientes do mundo que os turistas são exactamente como as abelhas? Tal como elas, produzem riqueza, mas, tal como elas, agriDEM. Tal como elas, devem ser protegidos, mas, tal como delas, temos também nós de proteger-nos... (SARAMAGO, 1999, p. 107).

A mesma preocupação com a ecologia está presente no *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 2011), como confessa em “8 de Setembro de 1995”, data em que recebe o *feedback* de Maria Alzira Seixo sobre o romance. A ensaísta havia destacado a relação da brancura luminosa com a imundície moral, que serviu de deixa para Saramago emitir mais um vaticínio que assinala sua preocupação com a situação periclitante de nosso planeta:

Quis foi deixar constância da reflexão que elas me tinham suscitado, a saber: a possível verificação de uma simetria entre a situação ali descrita (uma “brancura luminosa” avançando cega “através de caminhos atulhados de imundície física e moral”) e o actual consumo, já pouco menos do que obsessivo, dos produtos denominados de higiene e limpeza corporal, vivendo nós, como estamos a viver, intoxicados por todas as poluições imagináveis, em meios ambientes onde o lixo passou a ser soberano senhor. Saímos para a rua puros e luminosos, lavados da cabeça aos pés, desodorizados, perfumados, e

caminhamos, outra vez cegos, pelas cidades, pelas praias, pelos campos de um mundo que nós próprios estamos a converter em estrumeira. Depois de termos destruído a natureza, arruinamos o meio tecnológico e cultural fora do qual nunca mais seremos capazes de imaginar a vida... (SARAMAGO, 1999, p. 591-592).

Vale notar que Saramago denuncia o erro dos escritores que negligenciaram seu papel como cidadãos e se conformaram com discussões desconectadas da vida real. Algumas dessas denúncias implicam na representação de uma identidade pessoal pela via do contraste, posto que Saramago divide os escritores entre os alienados e os comprometidos com a realidade, incluindo-se neste segundo grupo:

O problema não está em, supostamente, se terem extinguido as razões e causas de ordem social, ideológica ou política que, com resultados estéticos que nem sempre serviram as intenções, levaram ao que se chamou, no sentido moderno da expressão, literatura de compromisso; o problema está, mais cruamente, em que o escritor, regra geral, deixou de comprometer-se como cidadão, e que muitas das teorizações em que se foi deixando envolver acabaram por constituir-se como escapatórias intelectuais, modos de disfarçar, aos seus próprios olhos, a má consciência e o mal-estar desse grupo de pessoas — os escritores —, que, depois de se terem considerado a si mesmas como farol e guia do mundo, acrescentam agora à escuridão intrínseca de todo o acto criador as trevas da renúncia e da abdicação cívicas (SARAMAGO, 1999, p. 118).

Nessa mesma entrada, Saramago propõe o retorno ao Autor, a saber, à “concreta figura de homem ou de mulher que está por trás dos livros” (SARAMAGO, 1999, p. 117), não para que revelem segredos da criação ou para que transmitam lições pessoais, mas simplesmente, “para que nos digam *quem são*, na sociedade que somos, eles e nós, para que se mostrem como cidadãos deste presente” (SARAMAGO, 1999, p. 118). Nesse sentido, o próprio autor acaba por nos revelar um pouco de sua visão quanto às relações entre o sujeito empírico e a persona ficcional (LIMA, 1991) tensionados não só pelas escritas de si, mas por toda empreitada literária. Em sua colocação, aproxima-se, pois, de uma das máximas da teoria de Lejeune (2008, p. 104) sobre a escrita autobiográfica: “Se a identidade é um imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está do lado da verdade”.

Para terminar a abordagem desse traço pessoal, remetemo-nos à entrada de “26 de Maio de 1993”, que registra o encontro de jovens e velhos

escritores. Este último grupo, no qual o diarista se alista, defende a necessidade de os escritores assumirem compromissos intelectuais e cívicos para além de seus livros; já aquele, de escritores jovens, afirma que os criadores só devem estar comprometidos com a própria obra. Para Saramago, o autor não deve contentar-se apenas em escrever, visto que a escolha desse ofício amplifica as responsabilidades que ele já tem como cidadão. Novamente, essa bipartição entre escritores constitui estratégia discursiva na autorrepresentação de sua identidade:

sendo certo que a ele [ao escritor] ninguém o obriga a ser militante de um partido, também não é menos certo que a sociedade necessita algo mais que profissionais competentes nas múltiplas actividades que gerou e que, nos seus diversos níveis, a gerem. “Outra vez o compromisso?”, perguntou alguém do público, e eu respondi: “Sim, outra vez o compromisso, se quisermos dar-lhe esse nome. O erro dos escritores (outra vez com o devido respeito), nos últimos trinta anos, foi terem renegado um empenhamento simplesmente social com medo de serem acusados de andar a vender a literatura à política. O resultado, se o jogo de palavras me é permitido, é não termos agora quem nos compre...” (SARAMAGO, 1997, p. 615).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, partimos da premissa de que, nos *Cadernos de Lanzarote*, Saramago constrói um discurso memorialístico no gênero diário não apenas para narrar eventos de sua vida, senão também para expor seus pontos de vista sobre si mesmo, sobre o mundo que o cerca e sobre o projeto literário de que sua vida não se aparta. Para tanto, partimos da discussão de Costa Lima (1991) acerca do conceito de *persona* como sujeito ficcional, situando também o escopo de nossa análise diante de importantes teóricos sobre os textos diarísticos e as escritas de si, a exemplo de Calligaris (1998), Gusdorf (1991), Lejeune (2008), Mathias (1997) e Maciel (2002).

Tais referenciais forneceram subsídios teórico-metodológicos para a discussão de passagens dos *Cadernos* em que a escrita diarística se presta de maneira mais imediata à construção de uma imagem de si do autor, sobretudo sob os vieses da *frontalidade* e do *compromisso*. Em nossas discussões, quando pertinente, também nos referimos pontualmente a célebres ensaios da fortuna crítica saramaguiana, de autoria de Arnaut

(2008) e Cerdeira (2011), a fim de melhor situar as contribuições do presente estudo.

Ao fim das análises tecidas neste artigo, ressaltamos que José Saramago ratifica em diversos passos dos *Cadernos* a ideia de que cidadão e escritor não se separam. Para que haja, como ele mesmo disse, quem os compre, é necessário que os escritores afirmem um *compromisso* efetivo com sua realidade, com intervenções à altura de sua responsabilidade intelectual, afirmada sempre com *frontalidade* e franqueza. Isto significa um traço pessoal construído textualmente, mas também um recado passado com a força do exemplo: é preciso que o escritor atue sobre a vida concreta, como o fez Saramago, militando no Partido Comunista Português ou expressando solidariedade, impulsionando e colocando-se a serviço de causas humanitárias.

## REFERÊNCIAS

- ARNAUT, Ana Paula. *José Saramago*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, jul. 1998.
- CERDEIRA, Teresa. “José Saramago: o homem, o escritor, o cidadão: indissociáveis”. In: *Anais do XXIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE LITERATURA PORTUGUESA*. São Luiz, MA, 2011, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.abraplip.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Anais-XXIII-Congresso-2011.pdf>> Acesso em: 01 out 2018.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- GUSDORF, Georges. “Condiciones y limites de la autobiografia”. *Suplementos Antropos*, Madrid, n.29, p. 9-20, 1991.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LIMA, Luiz Costa. “Persona e sujeito ficcional”. In: LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 40-56.

MACIEL, Sheila Dias. “A sinceridade como ficção”. *Papéis: Revista de Letras, Campo Grande*, v. 6, n. 11, p. 1- 64, jan./jun. 2002.

MATHIAS, Marcello Duarte. “Autobiografias e diários”. *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 143/144, p. 41-62, jan. 1997.

SARAMAGO, José. *O evangelho segundo Jesus Cristo*: romance. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em 18 de dezembro de 2021

Aprovado em 9 de junho de 2022

Marcelo Brito da Silva

Doutor em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) - campus Rondonópolis. Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. [REVER]

Contato: [mbsletras@gmail.com](mailto:mbsletras@gmail.com)

 <http://orcid.org/0000-0001-9538-9896>

Vinícius Carvalho Pereira

Professor do Departamento de Letras e do PPG de Estudos da Linguagem, na UFMT [REVER]

Contato: [viniciuscarpe@gmail.com](mailto:viniciuscarpe@gmail.com)

 <http://orcid.org/0000-0003-1844-8084>

A **Revista Desassossego** utiliza a **Licença Creative Commons Attribution** que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial neste veículo – **Attribution-NonCommercial-NoDerivates 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)**, e reconhece que os Autores têm autorização prévia para assumirem contratos adicionais separadamente para distribuição não-exclusiva de versão dos seus trabalhos publicados, desde que fique explicitado o reconhecimento de sua autoria e a publicação inicial nesta revista.